

PRÁTICAS DE ECOTURISMO NA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL CATEDRAL DO JALAPÃO – TO

Janaina Maria Andrade Aires Fonseca¹, Stella Maria Carvalho de Melo², Wesley Gomes de Carvalho³,

¹Mestre em Desenvolvimento Regional. IFTO Campus Palmas. <janaina@ifto.edu.br>

²Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. IFPI Campus Teresina. <stella@ifpi.edu.br>

³Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFTO Campus Palmas. <wesleygomes101@gmail.com>

Resumo: A prática do turismo nas chamadas Unidades de Conservação (UC's) vem crescendo nos últimos anos. O segmento do turismo que explora as UC's é chamado de ecoturismo, e começa a ser realizado em uma Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN, uma categoria de UC, no Estado do Tocantins. O objetivo deste estudo é investigar a Gestão do Ecoturismo na Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão. Os procedimentos metodológicos que serão utilizados para o desenvolvimento da pesquisa são pesquisa bibliográfica e de campo. Com esta pesquisa pretende-se verificar se a prática do ecoturismo na RPPN Catedral do Jalapão. Os resultados obtidos na pesquisa irão contribuir com o desenvolvimento do Arranjo Produtivo local do Turismo na região de São Félix buscando promover o equilíbrio entre diversos interesses tais como a conservação dos recursos naturais, a melhoria das condições de vida da população local e o enriquecimento da experiência dos turistas.

Palavras-chave: Ecoturismo, RPPN, Unidades de Conservação

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas de maior relevância, atualmente. Se bem planejado, pode promover o desenvolvimento das comunidades que têm potencial para tal e levar até a preservação ambiental. A sua prática pode ocorrer nas chamadas Unidades de Conservação – UC's e o segmento do turismo que explora estas UC's é conhecido como ecoturismo.

Uma UC tem como objetivo principal a conservação da natureza, determinando o seu manejo e buscando a utilização sustentável, a restauração ou a recuperação do ambiente natural. As RPPN são Unidades de Conservação do tipo Uso Sustentável, onde é possível compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

A Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN Catedral do Jalapão, uma categoria de UC, está localizada no extremo leste do Estado do Tocantins – Brasil, especificamente no Município de São Félix. A formação rochosa (morro testemunho) em forma de uma catedral deu sentido ao nome do projeto de conservação, ecoturismo e campo de pesquisa: Fazenda Ecológica Catedral do Jalapão, objeto de estudo dessa pesquisa.

Segundo o Ministério do Turismo – Mtur (Brasil, 2010, p. 17), o ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal. Neste cenário, entende-se que o ecoturismo pode ser uma importante atividade promotora do desenvolvimento local, gerando renda para a unidade de conservação e para as comunidades do entorno. Assim, o ecoturismo pautado no desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, pode promover o equilíbrio entre diversos interesses tais como a conservação dos recursos naturais, a melhoria das condições de vida da população local e o enriquecimento da experiência dos turistas.

Deste modo, o objetivo geral desse trabalho foi analisar a prática do ecoturismo na RPPN Catedral do Jalapão. Para tanto, buscou-se: levantar e descrever os atrativos turísticos e as atividades turísticas desenvolvidas na RPPN; identificar a infraestrutura de apoio e a infraestrutura turística existente.

2 METODOLOGIA

Esse artigo é classificado, metodologicamente, segundo seus objetivos, em uma pesquisa descritiva e exploratória, pois é feita uma descrição sobre o ecoturismo na RPPN e uma busca de informações sobre a região, já que não existem dados sobre esta temática, na localidade. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de obras escritas sobre o tema em estudo, como ecoturismo, turismo sustentável e Unidades de Conservação, com a finalidade de servir de fundamentação teórica ao trabalho.

O estudo de caso foi feito a partir de uma pesquisa de campo, composta por entrevista com o Proprietário, Gestor da RPPN, pela observação direta do local de estudo e pelo registro fotográfico. Foram realizadas duas visitas de campo para observação direta, durante os meses de outubro de 2016 e março de 2017 onde foram levantados e descritos os atrativos turísticos e as atividades turísticas desenvolvidas na RPPN e identificadas a infraestrutura de apoio e a infraestrutura turística existente no local. A entrevista com o Gestor da RPPN foi realizada através de roteiro semiestruturado com o objetivo de conhecer a origem histórica do empreendimento, estrutura e formas de gestão.

Após a coleta de dados, fez-se a tabulação e o processamento dos dados, de modo a obter subsídios suficientes para a compreensão da realidade investigada e a proposta de uma resposta à problematização construída.

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O ECOTURISMO

Segundo Brasil (2000, p. 1), uma unidade de conservação compreende o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Desse modo, as UC's são espaços delimitados que buscam principalmente a conservação ambiental. Elas são divididas em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Conforme a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o “objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” e o “objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000, p. 1). No Estado do Tocantins, existem 33 UC's, sendo oito do tipo Proteção Integral e 25 do tipo Uso Sustentável.

A região do Jalapão, no estado do Tocantins, está protegida por cinco unidades de conservação de proteção integral: a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, a Estação Ecológica do Rio Preto, o Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono, o Parque Estadual do Jalapão e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. A região também abriga seis unidades de conservação de uso sustentável: as Áreas de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga, do Jalapão e a do Rio Preto e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Cathedral do Jalapão, Fazenda Calixto e Mina d'Água. Este conjunto de áreas protegidas soma aproximadamente 3.280.045 hectares e apresenta grande relevância para a proteção da biodiversidade brasileira e global. (ICMBio, 2013)

O Jalapão se tornou a maior área protegida do Cerrado, abrangendo unidades de conservação na Bahia e no Tocantins reconhecido como Mosaico do Jalapão através da PORTARIA Nº 434 de 2016. (MMA, 2016). De acordo com Soares e Adorno (2014) as Reservas Particulares de Patrimônio Natural no estado do Tocantins abrangem uma área de aproximadamente 5496.74 ha, este total de área coloca o estado do Tocantins na 15ª posição do ranking nacional. Porém, no estado foram criadas dez RPPNs, localizando-se nos municípios de Palmas-TO, Pium-TO, Lagoa da Confusão-TO, Abreulândia-TO, Almas-TO, Dianópolis-TO, São Félix do Tocantins-TO e Aurora do Tocantins - TO.

Dessa forma, a RPPN Catedral do Jalapão localizada no município de São Félix na região do Jalapão é uma UC do tipo Uso Sustentável, sendo descrita na Lei 9.985 (Brasil, 2000), como uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, a partir da assinatura de um termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis. Ainda segundo esta Lei, em uma RPPN só pode ser permitida a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

A prática de visitação turística em Unidades de Conservação deve ser bem planejada e controlada para minimizar os impactos ao meio ambiente. A inserção do meio ambiente ao processo de desenvolvimento turístico requer mudanças de comportamento, buscando um desenvolvimento equilibrado entre a atividade turística e o ambiente natural, que preserve os recursos naturais necessários para a manutenção da sustentabilidade. Segundo Silva (2008, p. 58),

O turismo precisa constituir mais um aliado ao manejo sustentável das unidades de conservação, reconhecendo que não cabe a um organismo ou instituição toda a responsabilidade de bem gerir a área. Pelo contrário, todos os que influenciam e dependem da UC, possuem papel de destaque para mitigar os impactos sobre o meio ambiente. Seja por suas condutas, seja pela prestação de serviços e informações capazes de satisfazer a demanda e conscientizar da importância da preservação e conservação da natureza.

Assim, o desenvolvimento do turismo nas UC's deve ser feito de forma responsável, evitando a degradação ambiental e a destruição dos ambientes, que foram razão principal para a criação das áreas protegidas. Esta preocupação é importante, pois, em muitos casos, ao invés de contribuir para a conservação dos ambientes naturais que compõem, acabam provocado impactos sociais e ambientais nessas áreas, além de não gerar recursos econômicos necessários para a esperada sustentabilidade desses espaços.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA (Brasil, 2006, p. 10), no documento ‘Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação’,

O turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das Unidades de Conservação pela sociedade, incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais. Por outro lado, o desafio consiste em fazer com que o turismo seja desenvolvido de maneira harmônica e integrada para que a atividade não prejudique a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade sociocultural e conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade. A visitação em Unidades de Conservação também funciona como uma forma de incrementar o apoio econômico para a conservação da natureza nestas áreas e potencializar a utilização sustentável dos serviços vinculados aos ecossistemas.

Uma das formas de se desenvolver o turismo em áreas naturais é através da prática do ecoturismo. Conforme a Sociedade Internacional de Ecoturismo, o ecoturismo ou turismo ecológico é uma categoria do chamado turismo de natureza, que é aquele praticado em contato com a natureza. Ainda segundo esta organização, a prática ecoturística é uma viagem responsável para áreas naturais que conservam o meio ambiente, mantém o bem-estar da comunidade local e que envolve interpretação e educação (TIES, 2015). Já para Ministério do Turismo, o ecoturismo é “o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2010, p. 9).

Assim, reconhece-se a importância das práticas sustentáveis pelo ecoturismo. Entretanto, não se deve confundir ecoturismo com turismo sustentável. O ecoturismo é um segmento do turismo, enquanto o turismo sustentável deve ser aplicado em todos os tipos de turismo. Segundo a OMT (2003, p. 23), o turismo sustentável é aquele que:

Atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantam a vida.

Deste modo, o ecoturismo é um tipo de turismo desenvolvido em ambientes naturais e sua prática deve sempre buscar a sustentabilidade, evitando que estes ambientes sejam degradados, o que comprometeria não só a qualidade da visitação, mas a continuação da prática turística em si.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A RPPN Catedral do Jalapão e a prática ecoturística

A RPPN Catedral do Jalapão compreende uma área 325.65 ha, constitui-se parte integrante da Fazenda denominada Fazenda Ecológica Catedral do Jalapão, está situada a leste do Tocantins, na Mesorregião Oriental do Tocantins, Microrregião do Jalapão, no município de São Félix do Tocantins-TO.

A unidade de conservação nasceu de um projeto pessoal do proprietário, que de acordo com sua formação acadêmica em Geografia e valores pessoais adquiridos ao longo da sua trajetória profissional no campo do Meio Ambiente, buscava deixar um legado na área ambiental.

No seu primeiro contato profissional com a região do Jalapão percebeu que o local era interessante para o desenvolvimento de pesquisas e projetos de conservação. Em 2005, iniciou um trabalho de pesquisa no Parque Estadual do Jalapão que o aproximou da região e desde então iniciou a busca por uma área que pudesse criar um laboratório de pesquisa. Entre 2005 a 2010, o proprietário desenvolveu várias pesquisas enquanto professor da Universidade Federal do Tocantins e nesta ocasião adquiriu o imóvel Fazenda Ecológica Catedral do Jalapão com 1.060 hectares. Desde então percebeu que poderia transformar parte da área em uma RPPN e assim agregar a prática do ecoturismo à conservação do local.

A Catedral do Jalapão conta com uma área protegida de caça e queimadas, desde 2008, e recebeu o título de RPPN via Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, em 27 de julho de 2010, por meio da portaria nº 58. Entretanto, somente em novembro de 2014, começou a operar comercialmente a atividade ecoturística através do Jalapão Ecolodge, um empreendimento ecoturístico localizado na propriedade, fora dos limites da RPPN.

O Jalapão Ecolodge é um estabelecimento comercial destinado à conservação e ao ecoturismo que tem como missão “Promover a conservação ambiental e oferecer serviços turísticos que proporcionem o avivamento da busca interior do ser com a natureza”.

Um aspecto importante citado por Nelson e Pereira (2004, p. 325) é que os ecolodges, enquanto equipamentos ecoturísticos, devem ser projetados de acordo com as premissas da arquitetura sustentável. Seus projetos precisam conciliar um meio de vida menos consumista, e nem por isso menos confortável, com a proteção dos recursos, demonstrando que desenvolvimento

e conservação podem andar juntos. Isto quer dizer que os prédios devem ser esteticamente prazerosos, misturando-se, harmoniosamente, com o entorno, enfatizando a utilização de ecotécnicas.

Dessa forma, o Jalapão Ecolodge utiliza-se da arquitetura sustentável nas unidades de hospedagem elaboradas por princípios de bioarquitetura chamadas “buritibanas” que acomoda até quatro pessoas e um *bangalô* panorâmico construído no topo de um morro que proporciona uma vista exclusiva da Serra da Catedral. Além disso, o local oferece também área de camping com opção de aluguel de barracas para hospedagem.

O Jalapão Ecolodge oferece opções de hospedagem com café da manhã e passeios. Os passeios são guiados por condutores locais e incluem caminhadas para observação de fauna e conhecimento do ecossistema nas trilhas ecológicas, canoagem e banho de rio. Todos os passeios e atividades ecoturísticas propostas no Jalapão Ecolodge permitem a contemplação da natureza com um meio ecologicamente não poluente e num ritmo que permita uma percepção ambiental do ecossistema local, aliando ao conhecimento de espécies botânicas e observação da fauna local.

A Catedral do Jalapão possui uma vocação pautada numa perspectiva conservacionista associado ao desenvolvimento do ecoturismo e educação ambiental, buscando trabalhar da forma menos impactante possível, com novas práticas presentes no manejo pautado nos princípios da sustentabilidade ambiental dos recursos naturais da propriedade, como por exemplo: a separação e destinação dos resíduos sólidos e horta orgânica, a adoção de práticas da bioconstrução como as soluções de arquitetura que propiciam a economicidade de energia. Toda a energia utilizada local é captada através de energia solar: aquecimento de chuveiros, iluminação e refrigeração.

Quando questionado sobre as razões que influenciaram na criação da RPPN, o proprietário aponta a intenção de proteger uma amostra representativa do ecossistema regional conectado com o Parque Estadual do Jalapão e assim contribuir com a proteção de espécies ameaçadas e cursos d'água existentes na região. E graças ao manejo estabelecido, a reserva encontra-se livre de queimadas há quase 10 anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa foi possível notar que a RPPN Catedral do Jalapão vem efetivamente cumprindo com seu papel e desenvolvendo suas atividades em consonância tanto com

o ecoturismo de base sustentável como no empenho de promoção da conservação e manutenção do equilíbrio ecológico não só na área da Reserva como também na propriedade como um todo. Sendo o desenvolvimento do ecoturismo uma atividade importante para a viabilidade econômica e ecológica da RPPN.

A RPPN Catedral do Jalapão exerce efetivamente importante função na manutenção do equilíbrio ecológico de mananciais e de uma amostra representativa do Cerrado. Como parte integrante no Mosaico de Unidades de conservação do Jalapão e do Corredor Ecológico do Jalapão, exerce possivelmente um papel na conectividade de habitats na região, promovendo a manutenção saudável de populações de algumas espécies silvestres.

Assim percebe-se que a Catedral do Jalapão tem buscado através de suas práticas, cumprir com o papel socioambiental para o qual foi definida, sendo um modelo de sustentabilidade e boas práticas associadas ao Ecoturismo. No entanto, essas práticas ainda se encontram distantes da essência do ecoturismo, sendo esse ainda um desafio como instrumento de conservação dos ecossistemas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MMA. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação – Áreas Protegidas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf>. Acesso em: 1 maio 2017.

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000**. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.

Brasil. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

ICMBio. **Atlas do Corredor Ecológico da Região do Jalapão**, 2ª versão, 2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao>>. Acesso em: 15 maio. 2017.

MMA. **Portaria n. 434, de 29 de setembro de 2016**. Cria o Mosaico do Jalapão. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 de set. de 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=130&data=30/09/2016>>. Acesso em: 15 maio. 2017.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Ed. Bookman Companhia, 2003.

NELSON, Sherri Prince; PEREIRA, M. Éster (orgs.). **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável**. Manaus: Valer/Uninorte, 2004.

SILVA, D. L. B. da. **Turismo em Unidades de Conservação**: Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 2008. 206 f. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOARES E. J e Adorno L.F. **O Sistema de Gestão Ambiental das RPPNS do Estado do Tocantins**. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geografos. Vitória, 2014. Disponível em: <http://www.agb.org.br/> . Acesso em: 23 de maio 2017.

VERA, J. F; PALOMEQUE, F. L; MARCHENA, M. J; ANTON, J. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Editora Ariel, 1997.